

Brasil: crime S.A. supera o tráfico de drogas



» RAUL JUNGSMANN
Ex-ministro da Reforma Agrária, da Defesa e da Segurança Pública, ex-presidente do Ibama e atual diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)

Extensa e aprofundada pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) revela uma realidade alarmante: o crime organizado movimentou cerca de R\$ 348 bilhões ao ano no Brasil. Surpreendentemente, grande parte dessas atividades ilícitas ocorre dentro do mercado formal, evidenciando a periculosidade do fenômeno.

Baseada em dados de apreensões, estudos de instituições nacionais e internacionais, além de entrevistas com especialistas de órgãos governamentais e do setor privado, a pesquisa não deixa dúvidas: sem um combate integrado e efetivo do Estado, o país continuará refém da criminalidade.

Do total mencionado, R\$ 186 bilhões vêm de cybercrimes e roubos, R\$ 146 bilhões do mercado ilegal de combustíveis, bebidas, cigarros e ouro, e R\$ 15 bilhões do tráfico de cocaína. Essas cifras desmontam a ideia de que a violência no Brasil se resume ao tráfico de drogas, uma visão ainda comum na sociedade, incluindo segmentos da elite política e econômica.

Na verdade, o tráfico de drogas fatura bem menos e não é a principal fonte de receita do crime organizado. Este, composto por aproximadamente 88 facções — com destaque para o PCC e

o Comando Vermelho — não apenas controla o comércio ilegal, mas também integra suas atividades à economia formal por meio de esquemas sofisticados de sonegação e lavagem de dinheiro.

Essa transversalidade e esse alcance transnacional aumentam a dramaticidade do problema. Os R\$ 146 bilhões arrecadados nos mercados de ouro, combustíveis, tabaco e bebidas — que representam apenas uma parte das atividades marginais —, evidenciam a urgência de uma ação coordenada do Estado.

O papel do governo federal é central na harmonização de informações, na criação de canais seguros de compartilhamento de dados e no desenvolvimento de estratégias de rastreamento de produtos. Estamos diante de uma das maiores ameaças contemporâneas: o Estado paralelo.

A complexidade dessas cadeias produtivas, muitas envolvendo redes transnacionais e crimes ambientais, exige, para seu combate, não apenas capacidade investigativa, mas também conhecimentos técnicos em rastreamento, inteligência financeira e sistemas regulatórios, como aponta o estudo do FBSP.

A União, apartada da segurança pública por todas as Constituições brasileiras, desde a de 1824, tem missão intransferível na coordenação dessas iniciativas, assumindo a liderança na harmonização de informações e na disseminação de dados confiáveis sobre a produção e o rastreamento de produtos para as diversas instituições, criando canais seguros e eficazes de compartilhamento.

É preciso também envolver o setor privado nesse contexto, por meio da construção de uma cultura consciente sobre os impactos do crime organizado, a disponibilização de informações comparáveis sobre ilícitos e o investimento em tecnologias inovadoras para

o monitoramento de produtos.

Por outro lado, não se chega a tal situação sem a participação de agentes do próprio Estado, o que levanta uma ameaça ainda maior: a infiltração da criminalidade na estrutura pública e a dimensão da corrupção no ambiente estatal.

Territórios sobre controle do crime — mais de 23 milhões habitam em áreas sob domínio das facções — respondem por parte dessa infiltração no Estado, pois elegem seus candidatos, impedindo candidaturas fora de seus quadros. Com as prerrogativas do mandato, esses agentes obtêm nomeações para cargos na estrutura política e administrativa, de forma legal, assim como ocorre dentro do mercado formal, em que o crime organizado assume segmentos de negócios, como demonstrado.

Tais índices, que podem ser ainda mais conservadores devido às dificuldades de levantamento, contrastam com uma sensação de impotência que permeia a sociedade e o próprio Estado. A exposição constante da violência, na mídia e nas redes sociais, leva à naturalização do problema, criando uma cultura de tolerância e conformismo que enfraquece a mobilização social e política contra o crime.

Para enfrentar essa realidade, é imprescindível uma ação integrada e unificada. Desde a instalação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), durante minha gestão no Ministério da Segurança Pública, defendi a necessidade de uma liderança federal forte, capaz de coordenar esforços e consolidar informações.

Agora, é preciso constitucionalizar a União na segurança pública. A fragmentação de ações e a resistência política ao combate coordenado tornam-se obstáculos que precisam ser superados urgentemente.

Ciência: farol ou retrovisor?



» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Pesquisador da Embrapa Agroenergia

Vivemos um tempo em que o futuro deixou de ser uma continuação previsível do passado. Transformações tecnológicas, ambientais e sociais avançam em ritmo acelerado, rompendo padrões e desafiando certezas. Ainda assim, boa parte da ciência continua voltada a compreender o que já passou — analisando dados, contextos e políticas de outros tempos e, em muitos casos, com o olhar fixo no retrovisor.

A pandemia de covid-19 expôs de forma brutal essa limitação. Enquanto o vírus se espalhava rapidamente, causando milhões de mortes e colapsando sistemas de saúde, muitos governos e instituições hesitaram em agir por falta de “dados definitivos” sobre o que estava por vir. O resultado foram decisões tardias, com altíssimo custo humano, social e econômico.

A segurança alimentar também escancara esse paradoxo. Secas extremas, quebras de safra e crises econômicas interligadas têm provocado choques nos preços dos alimentos, ampliando a inflação, a pobreza e a fome em várias regiões. Em 2024, mais de 295 milhões de pessoas em 53 países enfrentaram níveis agudos de fome — um aumento de quase 14 milhões desde 2023, segundo a FAO. Mesmo diante de colheitas incertas e fenômenos extremos, ainda há quem negue as mudanças em curso — e seus impactos visíveis.

A boa notícia é que cresce no meio acadêmico e em círculos de pesquisa a percepção de que é preciso mudar a forma como a ciência enxerga o futuro. A pressão das crises recentes — pandemias, desastres climáticos, mudanças geopolíticas e rupturas tecnológicas — deixa claro que confiar apenas no passado e em projeções lineares não basta mais. A ciência precisa ampliar a capacidade de antecipar e testar caminhos alternativos, e lidar com incertezas e futuros possíveis.

Essa mudança de mentalidade já começa a surgir em estudos que questionam o excesso de foco da ciência em explicações do passado. Um exemplo é o artigo Causal Claims in Economics, dos economistas Prashant Garg e Thiemo Fetzer, que analisou 44 mil pesquisas em economia. Eles mostram que, nas últimas décadas, as publicações mais prestigiadas passaram a dar preferência a estudos que buscam provar o que causou o quê — ou seja, estabelecer relações de causa e efeito com base em dados do que já passou. O resultado é que as perguntas mais repetidas são aquelas que se encaixam nesses métodos, mesmo que nem sempre tragam ideias novas ou ajudem a pensar no futuro.

Esse processo faz com que trabalhos mais criativos — que exploram cenários futuros, testam hipóteses ousadas ou propõem novas formas de pensar — acabem ficando à margem das publicações mais prestigiadas. Isso tem levado a uma ciência cada vez mais eficiente em olhar para trás, mas que nem sempre se permite olhar para frente. E, embora o estudo trate da economia, essa tendência se repete em muitas outras áreas.

Saúde pública, educação, meio ambiente e tecnologia também sofrem com essa lógica de decisões baseadas apenas em dados consolidados do passado. Em todos esses campos, o tempo de espera por evidências definitivas muitas vezes não combina com a velocidade das transformações em curso. Insistir em agir apenas quando tudo já estiver comprovado pode significar perder janelas de oportunidade valiosas.

É claro que evidências sólidas são fundamentais. Mas a ciência não pode seguir mirando com prioridade o espelho retrovisor. Em tempos de mudanças aceleradas e incertezas crescentes, precisamos de faróis. E consolidar uma ciência voltada ao futuro demanda mais do que boa vontade e discursos inspiradores. É necessário investir em instituições capazes de lidar com o incerto e o inusitado.

A ciência precisa se guiar mais por nexos, que integrem alimento, saúde e nutrição; energia, clima e uso da terra; tecnologia, trabalho e desigualdade — realidades que não se ajustam a lógicas do passado, contidas em caixinhas disciplinares isoladas. Desafios assim exigem abordagens sistêmicas, equipes interdisciplinares e estruturas que conectem saberes, setores e escalas — com foco em futuros possíveis. Daí a pergunta inevitável: nossas organizações científicas estão preparadas para isso?

Renovar a ciência para o futuro também exige renovar as competências de quem a faz. Precisamos de mais profissionais com pensamento sistêmico, domínio em modelagem avançada, construção de cenários e análise integrada de impacto — além de ferramentas disruptivas como a inteligência artificial. Quantas organizações já se deram conta de que precisam renovar seus quadros, atraindo gente disposta a explorar incertezas e construir pontes entre conhecimento e decisão?

O fato é que precisamos preparar nossas instituições — e seus quadros — para uma ciência mais voltada à ação, à antecipação e à construção de futuros desejáveis. A ciência que olha para trás nos ajuda a entender como chegamos até aqui. Mas só uma ciência que também imagine o que ainda pode ser — e investigue como chegar lá — será capaz de nos conduzir a futuros mais resilientes e prósperos.



Trump, tarifas e a armadilha da soberania



» DANIEL A. DE AZEVEDO
Professor de Geografia Política da Universidade de Brasília (UnB)

“Brasileiros de todos os cantos, uní-vos!”. A frase não veio oficialmente assim de Brasília, mas o tom nacionalista dominou o noticiário e as redes sociais desde 10 de julho, quando o governo brasileiro foi surpreendido com a decisão de Donald Trump de elevar para 50% a tarifa sobre produtos importados do Brasil — um salto inesperado, já que, meses antes, o país havia recebido uma das menores taxas (10%) no pacote lançado pelo presidente americano. O que causou maior repercussão, no entanto, foi o tom abertamente político da justificativa: Trump acusou o Supremo Tribunal Federal (STF) de perseguir “big techs” americanas e afirmou ser uma “caça às bruxas” o julgamento do seu aliado Jair Bolsonaro. Embora mencione argumentos econômicos, esses são frágeis — os Estados Unidos têm superavit com o Brasil, e a diferença nas tarifas (na média ponderada) entre os dois países é modesta (4,7% contra 1,3%).

A reação foi imediata e o discurso de soberania nacional principal argumento utilizado em resposta a Trump. Apesar de decisões do governo americano sobre as tarifas de outros países também serem atravessadas por questões políticas, até o momento, nenhuma outra foi tão explicitamente realizada para influenciar decisões políticas internas. O debate da soberania

estava posto: como reagir a uma óbvia invasão de prerrogativas do Estado brasileiro? O presidente Lula e tantos outros levantaram a voz, trazendo a carta da soberania e ameaçando com a tal Lei de Reciprocidade aprovada este ano. Eis aí o problema.

A geopolítica deve ser entendida não apenas como prática (o famoso “hard power”, que conta com ações velhas, mas ainda muito constantes, como guerras, alianças e invasões), mas como discursos que fomentam representações e buscam construir consensos, seja em ambiente interno ou externo. O principal discurso de todos sempre foi a tal ideia de “soberania nacional”. Governos de esquerda ou direita, democráticos ou autoritários, recorrem a ele em busca de legitimar ações e ativar sentimentos nacionalistas. É o que ocorre agora. Ao invocar a soberania nacional diante do ataque trumpista, o governo brasileiro apela a um discurso potente — mas que pode ser perigoso se não vier acompanhado de uma leitura realista do tabuleiro geopolítico.

Afinal, não há e nunca houve um país no mundo 100% soberano, como especialistas em geopolítica afirmam há décadas. Todos interferem, em maior ou menor grau, nas decisões de outros Estados, ao mesmo tempo em que reclamam de ingerências externas. Há um jogo permanente: condena-se o protecionismo alheio enquanto se subsidia a própria economia; repudia-se interferência em instituições nacionais ao mesmo tempo que se questiona julgamentos legítimos de parceiros ideológicos em países vizinhos; reclama-se de ataque à soberania territorial, enquanto invade e influencia quedas de governos alheios. Soma-se a isso o fato nada agradável que Estados hegemônicos têm poder desproporcional de definir a ordem geopolítica mundial, não sendo, portanto, um tabuleiro com

peças simétricas. A ideia de “reciprocidade” — tal como evocada no debate atual — ignora essa assimetria.

Usar a retórica da soberania territorial e o instrumento da reciprocidade possui utilidade política e perigo geopolítico. A primeira se refere à potência do nacionalismo, isto é, há uma capacidade aglutinadora ao redor de um político que levanta a carta de ataque à soberania. Já o perigo é alimentar uma fantasia de simetria no jogo global, levando a população a crer que o Brasil tem o mesmo peso que EUA ou China. Essa ilusão pode gerar decisões diplomáticas desastrosas. Se, por um lado, ser subserviente não é o desejo de nenhum Estado, por outro, colocar-se virtualmente em uma posição geopolítica que não está, é um perigo demagógico para todos. A reciprocidade só funciona entre atores de força equivalente. Foi esse o erro, por exemplo, na decisão recente de retomar a exigência de visto para turistas americanos, canadenses e australianos — medida que ignorou a distinção entre turismo e migração e resultou mais de um impulso nacionalista do que de uma estratégia racional.

Não há dúvidas sobre o absurdo da decisão de Trump. Porém, alguém duvidaria de algo assim de um presidente que já demonstrou não ter nenhum apreço pelas instituições econômicas e políticas construídas nas últimas décadas? O que espanta é, nesse contexto de instabilidade marcado por um líder global sem nenhum tipo de previsibilidade, os representantes brasileiros agirem com o estômago, enviando mensagens de “não palpite sobre nossa vida” para o tal presidente sem controle. Em tempos como este, o Brasil precisa de um Itamaraty que atue como instituição de Estado — e não apenas como braço de governo. Mais do que nunca, é hora de agir com estratégia, prudência e realismo geopolítico.